

A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI

Leonardo Araujo Lima
Francisca Mara Raquel S. Almeida

RESUMO

O artigo traz como objetivo central discutir sobre as características do mercado de trabalho no território do Sertão Central cearense acerca de sua capacidade de gerar emprego e renda para a população; para tanto, parte-se de uma compreensão histórica da organização da produção mundial a partir da reestruturação produtiva na década de 1970. Aproximando do cenário de análise objetivado, aprofundamos nosso enfoque nos reflexos das transformações globais no contexto brasileiro, principalmente nos últimos trinta anos, quando ocorrem significativas mudanças no desempenho da economia e nos percentuais de empregabilidade. A partir desta conjuntura, abordamos dados quantitativos provenientes de respeitadas instituições de pesquisa em âmbito nacional e estadual para consolidar uma análise crítica sobre a real situação do mercado de trabalho na região do Sertão Central cearense. Neste sentido, priorizamos aspectos como: ocupação, taxa de informalidade e empregabilidade por municípios da região, por setor da economia, por gênero, por idade e por nível de escolaridade. Verificamos, ao final, um certo paralelo das características regionais em relação ao cenário econômico e político nacional, além de certas especificidades importantes para prospecção de perspectivas futuras de desenvolvimento da região analisada.

Palavras-Chaves: Mercado de trabalho. Desempenho. Sertão Central.

ABSTRACT

The article has as main objective discuss the labor market characteristics in the territory of Sertão Central of Ceará State about its ability to generate employment and income for the population. For that part of a historical understanding of the organization of world production from the restructuring process in the 1970s. Approaching the scenario analysis objectified deepen our focus on the consequences of global changes in the brazilian context, especially in the last thirty years, when there are significant changes in economic performance and employment percentages. From this juncture approach figures from respected research institutes in national and state level to consolidate a critical analysis of the real situation of the labor market in Sertão Central region. In this sense we prioritize aspects such as employment, informality rate and employment by municipalities in the region, by sector of the economy, by gender, by age and educational level. We found, in the end, a certain parallel regional characteristics in relation to the economic climate and national political, and certain important characteristics to prospect future growth prospects of the analyzed region.

Keywords: Job Market. Performance. Sertão Central

1 INTRODUÇÃO

Impulsionados pela necessidade de compreender as características do mundo do trabalho para o qual o Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA) tem encaminhado seus acadêmicos graduados, conferimos neste estudo uma exploração acerca do mercado de trabalho da região do Sertão Central cearense.

A escolha por este *coorte* territorial está no fato de que, numa recente pesquisa de acompanhamento dos egressos da referida IES, os dados apontam que, aproximadamente, 65% deste público de ex-acadêmicos estão assumindo postos de trabalho nesta região (LIMA e SOUSA, 2016). Os demais ex-alunos da IES, na maioria dos casos, têm se inserido profissionalmente nos mercados das regiões metropolitanas de Fortaleza, Sobral e Cariri, os quais diferem das características econômicas, políticas e estruturais da região do Sertão Central aqui abordada.

Para os objetivos aqui pretendidos, utilizamos dados quantitativos extraídos de estudos oficiais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). Utilizamos, ainda, dados secundários e conceituais que abordam sobre aspectos de desenvolvimento econômico e empregabilidade observados no contexto brasileiro das últimas décadas.

Na primeira parte deste artigo o leitor encontrará uma fundamentação conceitual contextualizada acerca do atual cenário mundial de organização produtiva do trabalho; visando demonstrar, por meio das considerações de renomados autores, as influências históricas e econômicas de transformações no mundo do trabalho, as quais são importantes para compreendermos o atual cenário brasileiro.

Na segunda parte trazemos, então, dados críticos acerca das nuances no quadro de empregabilidade no Brasil durante as últimas três décadas. Queremos, com isso, referendar no macro contexto econômico e político nacional, os aspectos observados no mercado de trabalho da região do Sertão Central cearense. Na terceira parte, por fim, fazemos uso de dados oficiais provenientes de respeitadas órgãos de pesquisa em âmbito nacional e estadual para aprofundar nossa leitura quantitativa e interpretativa acerca da real situação do desempenho local na geração de emprego e renda.

2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO APÓS A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

É de crucial relevância iniciar nossa abordagem sobre o mercado de trabalho a partir das profundas trans-

formações conferidas ao sistema produtivo de bens e serviços que emergem na década de 1970 (no contexto mundial), ou após a década de 1980 (no contexto brasileiro). Esta entonação deve-se às mudanças na organização produtiva das indústrias que, até então, seguiam o formato taylorista-fordista de gestão.

Devido ao avanço técnico-científico crescente, e impulsionado pela necessidade de competição mundial por mercados consumidores, observa-se nestas décadas que as grandes organizações mundiais detentoras de capital, paulatinamente, deixam de ter no modelo industrial de contratação (o emprego) o principal formato de contratação de seus trabalhadores. Neste cenário, a própria indústria - que agora conta com um maquinário altamente complexo e robotizado - deixa de ser o setor econômico que mais fomenta espaços e colocações no mercado.

O setor de serviços (atividades complementares para a produção, transporte e comercialização dos produtos industrializados) é que passa a ocupar a função de principal fonte das oportunidades de trabalho. Tais ocorrências, juntamente com uma série de características políticas e econômicas na ordem global do sistema capitalista, passam a serem denominadas na literatura específica de reestruturação produtiva. “A reestruturação produtiva pode ser definida como a transformação do modelo de acumulação taylorista-fordista no contexto do estado-nação para a acumulação flexível no contexto da globalização” (NARDI, 2006, p. 53).

Neste cenário econômico, o desemprego se configura como o grande problema da sociedade moderna, se antes as lutas operárias eram por melhores condições de trabalho, após a década de 70 as reivindicações passam a ser pela própria oportunidade de trabalho.

[a acumulação flexível do capital] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo (...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos (...) (HARVEY, 2000, p. 140).

As inovações tecnológicas, essenciais para este processo, estão relacionadas ao advento da terceira revolução industrial (produto da união das telecomunicações e da informática). Além da alteração da base técnica, o novo modelo tecnológico está relacionado a

uma reformulação das formas de gestão e do valor moral atribuído ao trabalho.

Concomitantes ao processo de reestruturação produtiva estão as possibilidades de mercado a partir da divisão internacional do trabalho, as novas formas de contratação de trabalhadores (a flexibilização do mercado de trabalho) e a globalização da economia (ou mundialização do capital – como preferem denominar alguns teóricos), que é caracterizada pela política de abertura aos mercados internacionais. Ou seja, percebe-se aqui, diante dos aspectos políticos e econômicos imperativos ao momento histórico internacional da reestruturação produtiva, que há a prevalência do livre mercado em detrimento às questões sociais.

A abertura dos mercados é fundamental para a estratégia de manutenção da dominação e como forma de superação da crise do fordismo nos anos 70. [...]. Neste sentido, a principal recomendação das instituições internacionais aos países de economia emergente consiste na reforma / redução / eliminação das barreiras protecionistas e na desregulamentação das relações de trabalho (NARDI, 2006, p. 55).

A implantação predominante do maquinário técnico e científico nas linhas de produção amplia o desemprego e, com isso, o exército de reserva (composto por ex-operários em estado de vulnerabilidade e suscetíveis às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais restrito). A cultura fordista de divisão do trabalho altamente especificada, com o predomínio de atividades manuais, é paulatinamente substituída pela utilidade do trabalhador polivalente e multifuncional.

Neste sentido, aliados à tecnologia e sua consequente utilização para substituir a mão de obra humana - gerando uma verdadeira “limpeza” nas linhas de produção -, destacam-se fenômenos como a flexibilização dos contratos de trabalho (mudanças nas normas de compra e venda da mão de obra fomentando a informalidade) e a precarização das condições de trabalho (situações adversas de execução do serviço) como realidades contingentes de uma *nova morfologia do trabalho* a partir da década de 1980 (ANTUNES, 2005). As formas de filiação do empregado passam por mudanças, o trabalhador fica mais inseguro quanto sua vinculação e passa a buscar por métodos individuais de aprimoramento e concorrência.

Esta “nova” morfologia do trabalho é, portanto, a base realística para o presente estudo. O desemprego estrutural consiste num dos principais entraves para o acesso às oportunidades de educação, cultura, consumo, saúde, entre outros; principalmente num país como o Brasil, que, ademais, seu desempenho positivo na geração de emprego e renda durante a última década, ainda é um país marcado por um Estado deficitário que

oferece serviços de forma precária e mal distribuídos. Sendo assim, a renda por meio do trabalho parece ser a única chance que o cidadão encontra para garantir sua qualidade de sobrevivência, difícil missão num quadro de restrição do emprego formal.

A realidade da concorrência pelas oportunidades de colocação no mercado marca novamente o surgimento de discursos que enaltecem a educação profissional como mecanismo de garantia para inserção. A dificuldade de acesso ao trabalho se denota ainda mais preocupante no segmento da juventude, parcela da população com baixa escolaridade e sem experiência antecedente, constituindo num grupo social mais vulnerável aos impactos da flexibilização e precarização laboral.

Diante da diminuição do quadro de funcionários nas linhas de montagem e o aumento da produção industrial (devido o advento da tecnologia robótica), os setores do comércio e serviços passam a assumir destaque pela absorção desta mão de obra evasiva. Tais atividades se efetivam como necessárias para o escoamento das mercadorias produzidas pela indústria, e, por isso, recebem investimentos e incentivos por parte dos governos. Com lógicas de mercado específicas, o setor de serviços exige um aparato de disciplina e competências diferentes para realização do trabalho, no entanto, muitas vezes, com o desrespeito às conquistas das leis trabalhistas.

A necessidade pelas capacitações profissionais se torna cada vez mais prerrogativa de diferenciação e destaque para conquista e manutenção do trabalho. Existe “um aumento das atividades dotadas de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações” (ANTUNES, 2005, p. 63). A execução de funções diversificadas em menor período de tempo passa a ser exigência de um mercado informacional e dinâmico, exigindo do trabalhador adaptação individual aos ditames competitivos. O individualismo é, sem dúvida, uma das marcas sociológicas mais observadas no final do século XX.

A flexibilização das relações de trabalho permite inúmeras formas de contratação, e para se compreender a nova morfologia de trabalho à classe trabalhadora de hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada daquilo que se apresenta como a realidade para as vinculações de trabalho. “Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo a trabalhadores manuais diretos.” (ANTUNES, 2005, p. 81). Para o autor, a “classe-que-vive-do-trabalho” deve também incorporar, além do proletariado industrial, os assalariados no setor de serviços, o proletariado rural e todos os trabalhos informais.

Sendo assim, diante do exposto até o momento, concordamos com a linha de autores que consideram

que a categoria trabalho permanece central para a organização da sociedade. Sua consequência na vida objetiva e instrumental dos trabalhadores perpetua um modelo de subjetivação marcado pela necessidade de acesso ao conhecimento, pela fluidez das relações contratuais, pelo enaltecimento da autonomia e criatividade, mas, também, pela insegurança, pelos trabalhos precarizados, pelo sofrimento frente às necessidades de adaptação, e pela prevalência das leis do mercado sobre as necessidades coletivas dos cidadãos.

2.1 O DESEMPENHO DA EMPREGABILIDADE NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Para que possamos melhor compreender a realidade do mercado de trabalho na região do Sertão Central cearense, é importante, após um breve passeio no contexto produtivo mundial procedente da reestruturação produtiva, atribuir dados que possam caracterizar o histórico de desenvolvimento econômico brasileiro durante o final do século XX e início do século XXI. No presente estudo, abordamos o que tange ao desempenho da empregabilidade, ou seja, na capacidade de gerar postos de trabalho e inserir sua população economicamente ativa (PEA) no mercado de trabalho.

Assumimos como referencial metodológico os dados e análises publicadas pelo cientista econômico Pochmann (2016), em suas pesquisas nos âmbitos institucionais e acadêmicas. Segundo o referido autor, a sociedade brasileira tem enfrentado transformações intensas na condução política e econômica governamental, tais transformações repercutem no potencial do mercado de trabalho em manter-se estável, ou não, e afastar o risco do desemprego para a população. Nas últimas décadas, o Brasil experimentou diferentes programas de gestão econômica e política, e as consequências das escolhas são percebidas na movimentação de inserção no mercado de trabalho.

A capacidade de oferecer emprego é um importante balizador para as estratégias do Estado em reduzir as desigualdades sociais, além de diminuir os índices de pobreza e taxa de desemprego. Pochmann (2016) destaca diferentes momentos temporais em se observar alterações substanciais na economia nacional durante os últimos trinta e cinco anos. No ano de 1981, por exemplo, houve uma crise da dívida externa nacional e os reflexos da falta de recursos internos gerou grave avanço na taxa de desemprego¹.

Durante a década de 1980, a desorganização das

finanças públicas, a semiestagnação da renda por habitante, o elevado desemprego, a pobreza e a desigualdade social foram evidências da regressão econômica e social (POCHMANN, 2016). Este cenário econômico brasileiro, porém, se modifica com a chegada das tendências políticas neoliberais de governo na década de 1990. A partir de então, a consolidação do processo de abertura financeira, comercial, produtiva e trabalhista para o mercado exterior, prolongou para os próximos dez anos uma trajetória de desemprego jamais vista no século XX.

Quadro 1 – Brasil – Evolução da População Economicamente Ativa, da Condição da Ocupação e do Desemprego entre 1940 e 2010 (Variação Média Anual)

Itens	1940 - 1980	1980 - 2000	2000 - 2010
PEA Ocupada	2,60%	2,20%	2,50%
Empregador	3,30%	1,60%	-0,70%
Conta Própria	1,80%	2,10%	2,40%
Empregado	3,60%	2,40%	3,40%
Desempregado	0,50%	11,90%	-3,20%
Taxa de informalidade	1,10%	3,00%	0,60%

Fonte: IBGE- Censo Demográfico e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O alto patamar de desemprego no Brasil seguiu até o ano de 2003, quando a reversão das políticas de corte neoliberal possibilitou o início da redução paulatina nas taxas de desemprego durante os próximos dez anos. Pochmann (2016) afirma que, mesmo após a crise de dimensão global em 2008, o mercado de trabalho brasileiro é levemente abalado e as taxas de desemprego permanecem em queda até 2014. As causas para esta redução do desemprego estão na mudança do papel do Estado na economia nacional, ampliando investimentos públicos em infraestrutura, moradia, educação, saúde e em políticas de redução das desigualdades de renda. Por exemplo, entre 1981 e 2003, a taxa de pobreza reduziu-se 19,8%; já entre 2003 e 2012 a taxa de pobreza diminuiu 61,8% (Idem, p.16).

No entanto, a partir de 2014, a política econômica brasileira mudou de rumo, invertendo a trajetória do desemprego. Esta mudança, segundo o autor, deve-se principalmente às políticas de ajuste econômico adotadas pelo governo federal a partir do mês de setembro de 2014, no objetivo de retomar o controle das contas públicas que saíram do eixo no início deste ano. Para tanto, o governo anuncia economia de quase 70 bilhões de reais nos repasses financeiros aos ministérios, inclusive com retenção na liberação de emendas parlamentares já aprovadas para a execução financeira anual.

O principal corte foi direcionado ao Programa de

¹ Taxa de desemprego no Brasil ou de desocupação oficial no Brasil é determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e calcula-se como o número de pessoas desocupadas dividido pela População Economicamente Ativa (PEA), sendo esta última a população em idade de trabalhar no período de referência ou tem uma ocupação na que produzem bens ou serviços econômicos (Ocupados).

Aceleração do Crescimento (PAC), o qual tem como missão incentivar obras de infraestrutura e moradia no território nacional. Esta contenção das despesas públicas, repercute, logicamente, no impacto direto à taxa de desemprego, que passa a subir principalmente nos setores da indústria de transformação e construção civil. Observa-se, portanto, que as consequências das políticas de ajuste econômico se agravam em 2015, ano no qual em apenas seis primeiros meses a taxa de desemprego subiu acumuladamente 60,5%.

A discrepância entre a evolução da demanda e oferta de trabalhadores disponíveis no interior do mercado de trabalho expressa o crescimento recente do desemprego no Brasil metropolitano, cuja determinação encontra-se associada à recessão na economia nacional. A queda no nível de atividade no ano de 2015 vem acompanhada da redução da quantidade de ocupados e do rendimento médio real recebido pelos trabalhadores (POCHMANN, 2016, p. 18)

Diante do aumento do desemprego e do rebaixamento da renda dos ocupados, tende a ocorrer o maior acirramento da competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalho, gerado tanto por aqueles que perdem o emprego como pelos novos ingressantes no interior do mercado de trabalho. Algumas características do desempenho da empregabilidade nos seis primeiros meses de 2015 são ainda apontadas por Pochmann (2016), dentre elas: a) a taxa de desemprego cresceu relativamente mais para as mulheres do que para os homens; b) evolução diferenciada da taxa de desemprego segunda a faixa etária, registrando maior elevação à medida que a idade avança; c) em relação ao grau de escolaridade, a taxa de desemprego é mais intensa inversamente ao aumento dos anos de estudos; d) o desemprego cresceu mais acentuadamente para os setores de atividade econômica que absorvem o trabalho doméstico, construção civil e a indústria; e, por fim, e) as regiões metropolitanas que mais sofreram evolução do desemprego foram, respectivamente, Salvador, Recife e São Paulo. Tais constatações são importantes para que possamos verificar o contexto geral de algumas particularidades do mercado de trabalho na região do Sertão Central cearense durante os anos de 2014, 2015 e início de 2016.

3 O MERCADO DE TRABALHO NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

O Governo do Estado do Ceará, por decisão estratégica de gestão territorializada, divide a área cearense em oito Macrorregiões de Planejamento, sendo uma delas o território do Sertão Central. Vinte e um municípios compõem esta macrorregião e se assemelham

pelas condições climáticas, vegetação e de localização. Os municípios que, juntos, somam população por volta de 640.000 habitantes são: Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, General Sampaio, Ibareta, Ibicuitinga, Itatira, Madalena, Milhã, Mombaça, Paramoti, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Santa Quitéria, Senador Pompeu, Solonópole. Destacam-se como mais populosos os municípios de Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem e Santa Quitéria (IPECE, 2014).

Economicamente, o Sertão Central representa o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) dentre as demais macrorregiões. No entanto, do ano de 2007 até 2013 foi a quarta macrorregião que mais ampliou proporcionalmente o seu PIB (41%), mesmo que tenha ficado abaixo do percentual de 41,8% que era a média estadual para o mesmo período de referência (IPECE, 2014). Este fato deve-se ao diferenciado crescimento do PIB da macrorregião Litoral Oeste neste período (50,6%).

Historicamente, o Sertão Central teve a sua expansão econômica aliada ao cultivo do algodão e à criação de caprinos. No entanto, este cenário se transforma nos últimos 40 anos, quando, paulatinamente, os setores de serviços e a indústria vêm assumindo a preponderância de participação no PIB e na geração de postos de trabalho. Em 2012, por exemplo, o setor de serviços (incluindo aí a administração pública e o comércio) já indicava 75,6% do PIB da região, a indústria 15,4%, enquanto que a agropecuária apenas 9% (IPECE, 2014).

3.1 DADOS PROVENIENTES DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Os dados do IBGE e IPECE indicam que a partir da virada do século XXI as ocupações cresceram acentuadamente em todas as dimensões de análise. Nos dados coletados nos dois últimos censos (anos 2000 e 2010), por exemplo, verifica-se o avanço de 65,6% no número de pessoas ocupadas. Esta tendência é observada ainda, acentuadamente, nas taxas de formalização neste mesmo período, isso porque em 2007 a quantidade de ocupados em situação de formalidade era de 21.342 pessoas, já no ano de 2013 esta quantidade era de 45.071 pessoas, portanto, um avanço de 112%. As pesquisas apontam, juntamente com os dados absolutos, que a responsabilidade por tal desempenho deve-se ao crescimento na região; respectivamente, dos setores de serviço, comércio e indústria.

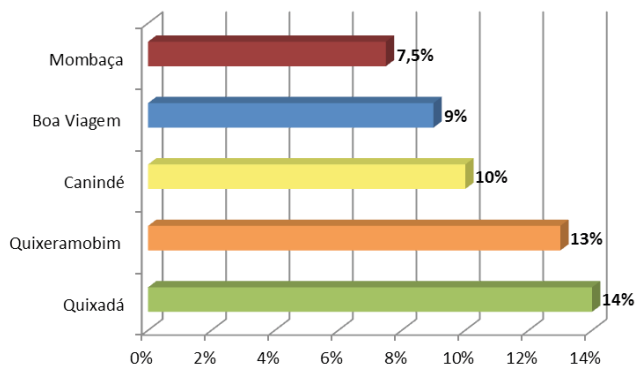
Em 2010, cerca de 207.453 pessoas estavam ocupando algum tipo de atividade geradora de renda na região do Sertão Central, o que representava 33% da população. Desta quantidade total de ocupados, verifica-se que 111.588 (54% do total de ocupados) eram trabalhadores contratados, os demais estavam traba-

lhando por conta própria, como empregadores, ou para o próprio consumo.

No entanto, ressalta-se o preocupante dado que, neste ano, 42.107 trabalhadores (ou seja, apenas 20% do total de ocupados) estavam contratados em condições de formalidade no trabalho. Quanto à formalidade, as estatísticas consideram aqueles que têm a carteira de trabalho assinada, os militares e os funcionários públicos estatutários. A expressiva taxa de informalidade (80%) deve-se aos elevados índices de trabalhadores sem carteira assinada (na maioria das vezes contratos de trabalho flexíveis), bem como àqueles que trabalham por conta própria ou para o próprio consumo.

Numa análise territorial, os cinco municípios que mais contribuem para o percentual de ocupação na região são, respectivamente: Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem e Mombaça; demonstrando, portanto, proporcionalidade (salvo o caso do município de Santa Quitéria) entre os municípios que mais provêm postos de trabalho ocupados e os municípios mais populosos.

Gráfico 1 – Municípios com maiores percentuais de ocupação no Sertão Central em 2010



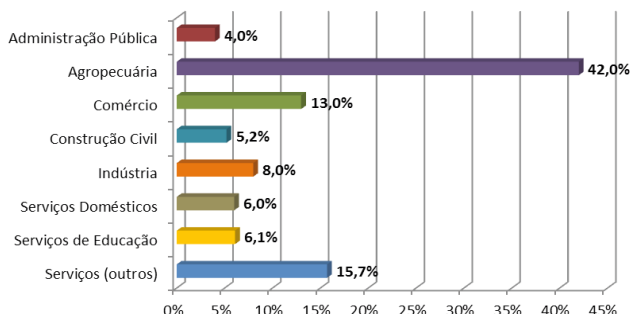
Fonte: IBGE- Censo demográfico, 2010.

No tocante à distribuição da população ocupada pelos setores da economia na região do Sertão Central, observamos o curioso dado que, apesar de representar aproximadamente apenas 9% do PIB da região em 2010, o setor da agropecuária é responsável por 42% das ocupações. Na análise dos dados fica claro que aí estejam incluídos boa parte dos trabalhos em condições informais, por conta própria e para o próprio consumo.

Esta afirmação está ancorada no fato de que, apesar da alta representatividade no número de ocupações, o percentual de formalização neste setor é de apenas 2% em relação ao total de formalizados na região. O comércio e as demais atividades de serviço no âmbito privado aparecem como as outras atividades que, ainda que longe do desempenho na agropecuária, demonstram

melhores capacidades para a absorção de mão de obra.

Gráfico 2 – Percentuais da ocupação por atividade econômica no Sertão Central em 2010



Fonte: IBGE- Censo demográfico, 2010.

A análise dos dados provenientes ao censo demográfico de 2010 são mais completas e úteis por disponibilizar informações quanto ao desempenho da empregabilidade formal e informal. No entanto, a fim de verificar análise mais precisa acerca a realidade do mercado de trabalho na região considerada, devemos complementar estes dados com outros estudos, por dois motivos muito claros: a) as consideráveis mudanças que distância temporal no ano de 2016 podem refletir nos resultados censitários de 2010; b) as consequências que a crise econômica brasileira eclodida em 2014 refletiram no desempenho de empregabilidade em todo país

3.2 DADOS PROVENIENTES DO ACOMPANHAMENTO ANUAL DO CAGED

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) é um programa do Governo Federal sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, por determinação legal inclusa na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), está relacionada às informações que as empresas enviam para a Superintendência Regional do Trabalho (SRT) acerca da movimentação de empregados formalizados a cada mês de exercício. Essas informações constituem a base de dados do CAGED, com a identificação do nome das empresas e dos empregados. É possível ainda identificar os segmentos produtivos que mais estão admitindo ou demitindo trabalhadores.

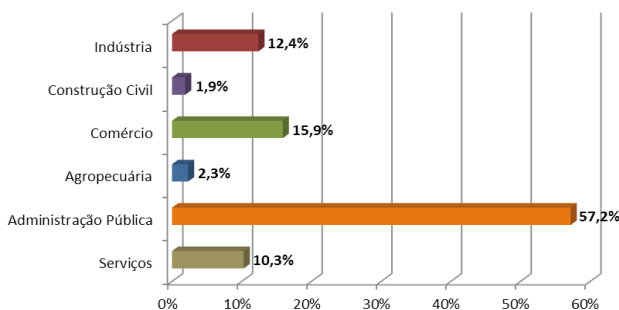
Os dados do CAGED servem como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. É utilizado, ainda, pelo Programa de

Seguro-Desemprego para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais. No estado do Ceará as informações do CAGED são organizadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), uma Organização Social que, dentre outras ações, executa o Sistema Nacional do Emprego (SINE) no Ceará.

Foi a partir dos dados disponibilizados pelo IDT que podemos propor aqui análises acerca do mercado de trabalho formal na região do Sertão Central nos anos de 2014 à 2016. Apesar deste acompanhamento não incluir os trabalhos informais (a grande maioria na região). Para nós, estes dados são valiosos por permitir uma leitura crítica do desempenho do mercado de trabalho segundo diferentes categorias de análise, por exemplo: setor econômico, municípios, gênero, idade e escolaridade.

Tomando, inicialmente, como referência o estoque de empregos formais na região do Sertão Central cearense (total contabilizado) no final do ano de 2014, verifica-se que houve um acréscimo de 10% em relação ao total contabilizado pelo censo de 2010. Apesar deste avanço médio de 2,5% ao ano, podemos observar os reflexos da desaceleração econômica no mercado de trabalho em 2014 devido à diferença em relação aos resultados no período de 2007 até 2013, quando o crescimento médio dos empregos formais foi de 18,5% ao ano. Estes resultados demonstram, portanto, que em 2014 houve retrocesso da população economicamente ativa que estava empregada formalmente até o ano de 2013. Vejamos agora no gráfico 3 a distribuição do estoque de empregos por setor econômico em 2014.

Gráfico 3 – Estoque de empregos por atividade econômica no Sertão Central em 2014



Fonte: Ministério do Trabalho em Emprego / CAGED

A partir do estoque de empregos formais em 2014, podemos ainda destacar os cinco municípios da região que apresentavam maior número de empregos em condições formais. São eles, em ordem decrescente: Quixadá, Canindé, Quixeramobim, Santa Quitéria e Boa

Viagem. Observamos que Quixadá, no ano em questão, demonstrava quase o dobro de empregos formais do que Canindé e 22% do total de empregos formais disponibilizados na região do Sertão Central.

Tal resultado deveu-se à preponderância em Quixadá das ocupações nos âmbitos da administração pública (principalmente nas áreas da educação e da saúde), comércio e serviços. Nos demais dezesseis municípios do Sertão Central a representatividade de empregos formais estava entre 1% e 5% em relação ao total da região neste mesmo ano de referência.

Assumindo como referência os anos de 2015, há de se observar que apenas onze dos vinte e um municípios da região apresentaram saldo positivo na relação entre admissões e demissões. Os cinco municípios que se destacaram com o saldo positivo na movimentação dos empregos foram, em ordem decrescente: Canindé, Solonópole, Quixadá, Ibicuitinga e Milhã. No entanto, neste mesmo ano, o saldo geral foi negativo, com 167 vagas de emprego ocupadas a menos que o ano de 2014.

Já em relação ao ano de 2016 (até o mês de abril), o quadro de retração demonstra mudança, com um saldo positivo de 385 vagas de emprego ocupadas a mais que o ano anterior. Além disso, quinze municípios obtiveram saldo positivo na movimentação. Os destaques são, em ordem decrescente: Caridade, Senador Pompeu, Santa Quitéria, Canindé e Quixeramobim. Para os quatro primeiros destes, o motivo para este avanço nos empregos formais foi a instalação de indústrias de transformação em seus territórios. Já para o quinto município, o motivo esteve atrelado ao setor da construção civil.

A partir da Tabela 1 vejamos agora algumas características sobre o estoque de empregos formais em 2014 em relação à sua movimentação nos anos de 2015 e 2016 (dos meses de janeiro à abril).

Tabela 1 – Saldo de movimentação dos empregos formais na região do Sertão Central por sexo, idade e escolaridade

		Estoque	Saldo de Movimentação	
		2014	2015	2016 (até abril)
Sexo	<i>Feminino</i>	25.468	21	97
	<i>Masculino</i>	21.280	-188	288
Idade (anos)	<i>15 - 29</i>	14.293	365	412
	<i>30 - 64</i>	32.044	-522	-22
	<i>65 ou mais</i>	411	-10	-5
Escolaridade	<i>Analfabeto</i>	237	1	-10
	<i>Fundamental Incompleto</i>	6.122	-197	43
	<i>Fundamental Completo</i>	4.691	-79	58
	<i>Médio Incompleto</i>	1.860	-22	55
	<i>Médio Completo</i>	22.869	6	215
	<i>Superior Incompleto</i>	1.109	6	10
	<i>Superior Completo</i>	9.860	188	14
TOTAL		46.748	-167	385

Fonte: Ministério do Trabalho em Emprego / CAGED

Dos dados apresentados podemos aferir, primeiramente, que as mulheres têm assumido os postos de trabalho formais com maior frequência do que os homens. Tanto no tocante ao quantitativo total de empregos na região em 2014 como ao saldo de movimentação em 2015, as mulheres aparecem com maior destaque. Este fenômeno está em primeira análise, associado a duas condições principais: por um lado, o maior contingente populacional feminino, não apenas no Sertão Central, mas também em todo o estado do Ceará; e, por outro, o fato de que no ano de 2015 houve muitas demissões no setor da construção civil, área de trabalho tradicionalmente ocupados pelos homens.

Há ainda uma terceira hipótese, embora não ancorada em preceitos quantitativos, mas nem por isso sem fundamentação empírica. Trata-se da realidade de que as mulheres demonstram maior facilidade para inserção em postos de trabalho no setor do comércio. Esta atividade da economia, mesmo com irrupção da crise econômica de 2014, não deixou de crescer e de estar dentre as principais fomentadoras de trabalho na re-

gião. Apenas no início do ano de 2016 é que verificamos uma movimentação positiva mais intensa dos homens, certamente motivada pela instalação de indústrias de transformação (nos municípios de Caridade e Senador Pompeu, por exemplo) e pela gradual retomada das contratações no setor da construção civil.

Referente ao critério analítico da idade, verificamos que o público de jovens², apesar de representarem 28,8% da população total na região do Sertão Central, não compõem o grupo etário majoritário de empregados (com 30,5% das vagas), mas é o grupo que mais cresce em representação. O público de adultos empregados, além de ser um intervalo maior de caracterização, demonstra que está diminuindo paulatinamente e reduzindo a sua estabilidade no mercado de trabalho formal.

² No ano de 2013 foi sancionado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude. Neste documento, entre outras diretrizes, está descrita a população considerada jovem como aquela que está na faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

Mesmo com as consequências da crise econômica iniciada em 2014, o saldo de jovens empregados permaneceu alto, enquanto o de adultos caiu drasticamente. Certamente, este fato está atrelado à crescente necessidade de escolarização para a entrada e permanência no mercado, sendo os jovens aquele público que está disposto a se qualificar e perseverar em busca por melhores condições de trabalho. Já no grupo dos idosos (65 anos ou mais), observa-se relativa que representavam menos de 1% do total de empregados na região; no entanto, este público demonstra relativa estabilidade, com diminutos decréscimos nos anos de 2015 e 2016.

Corroborando empiricamente com o que Pochmann (2016) afirma em relação ao grau de escolaridade, a taxa de desemprego é mais intensa inversamente ao aumento dos anos de estudos. Observamos isso não apenas pela preponderância no número de empregados daqueles que possuem ensino médio completo (48% do total) e superior completo (21% do total), mas pelo desempenho destes nos dois anos subsequentes em comparação com as demais variáveis. Ou seja, em 2015, por exemplo, enquanto todas as variáveis de escolaridade decresceram de tamanho (ou cresceram muito pouco), as pessoas que possuíam nível superior completo permaneceram encontrando espaços de trabalho formal no mercado. Já no início de 2016, observa-se um cenário complexo.

As variáveis de menor escolaridade (salvo os analfabetos) cresceram em participação mais do que aqueles que possuem ensino superior incompleto ou completo, destacando-se aqueles que possuem ensino médio completo. Deste fenômeno, podemos lançar mão de duas hipóteses: a primeira, a que o saldo positivo do início de 2016 está atrelado à instalação de indústrias e às contratações na construção civil, setores que em sua maioria necessitam de trabalhadores operários com baixo nível de escolaridade; e a segunda hipótese, a que de a quantidade de pessoas com nível superior completo no final do ano de 2015 é quase a mesma àquela no mês de abril de 2016 (data final da coleta dos dados quantitativos), já que a graduação ou licenciatura acontece apenas duas vezes ao ano (nos meses de julho e dezembro) e as oportunidades de emprego que demandam tal nível de escolaridade são mais incomuns no contexto de mercado de trabalho da região do Sertão Central.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso analítico deste artigo tivemos, inicialmente, a oportunidade de verificar que as transformações nos modelos de trabalho e contratação após a reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 culminaram na preponderância do setor de serviços como principal fomentador das oportunidades de traba-

lho. Tal realidade repercutiu no cenário brasileiro como justificativa para adoção de medidas políticas e econômicas de corte neoliberais na busca pela retomada do crescimento da economia. Tais medidas refletiram no mercado de trabalho e, durante as duas últimas décadas do século XX, observamos um quadro de elevadas taxas de desemprego, pobreza e desigualdade social. Tais dados só mudam de direção após a virada do século XXI, quando verifica-se, paulatinamente, o aumento na PEA ocupada e das taxas de formalidade.

Com a crise econômica de nível mundial iniciada no ano 2008, o mercado de trabalho brasileiro enfrenta oscilação, no entanto, apenas a partir de 2014 é que seu desempenho passa a ser negativo, com maior número de demissões do que admissões. As ações do Governo Federal na busca pelo controle das contas públicas, aliadas ao turbulento cenário político de desconfiança acerca da legitimidade administrativa, foram as principais causas para uma crise econômica nacional, o que veio dificultar a continuidade de desenvolvimento do mercado de trabalho. O aumento do desemprego no Brasil é observado também nos dados estatísticos do Sertão Central cearense.

No despontar do século XXI, a região do Sertão Central, apesar de apresentar sucessivos indicadores de crescimento econômico e evolução no desempenho do mercado de trabalho, demonstra problemas estruturais condizentes às condições de empregabilidade. Apesar do avanço percentual, de 2007 até 2013, de 65% da população ocupada e de 112% na taxa de formalidade, verifica-se que ao final deste período apenas 33% do total da população estava realizando alguma atividade geradora de renda, ou seja, devidamente ocupada. Soma-se a isso o preocupante fato que, destas ocupações, segundo o Censo de 2010, apenas 20% encontravam-se em condições de formalidade. Podemos facilmente projetar que atualmente este cenário tenha piorado devido à recessão do mercado de trabalho em todo âmbito nacional verificada a partir de setembro de 2014. Tal recessão reflete no retrocesso do crescimento anual de formalização em 2014, além de saldo negativo na movimentação de empregados em 2015. Somente no início de 2016 é que tais perspectivas começam a demonstrar reação positiva, principalmente devido à instalação de algumas indústrias e à retomada das contratações no setor da construção civil.

Tomando algumas especificidades acerca o mercado de trabalho na região do Sertão Central, verifica-se que o setor da Agropecuária, apesar de fomentar 42% das ocupações existente (dos quais apenas 2% são formalizadas), representa somente 9% do PIB regional. Os setores que se destacam são os serviços (onde se inclui a administração pública), o comércio e a indústria. Em relação aos componentes da região, destacam-se

os municípios de Quixadá, Quixeramobim, Canindé e Boa Viagem como aqueles que, desde 2007, apresentam maiores percentuais de ocupação e formalização. Por fim, é importante ainda acrescentar que o gênero feminino, o segmento da juventude e os que possuem maior escolaridade, são os contingentes que demonstram melhores condições de inserção e permanência no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **O Caracol e Sua Concha**: Ensaio Sobre a Nova Morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **CAGED – Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 9. ed., São Paulo: Loyola, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População**. Resultados da Amostra. IBGE, 2010.

IPECE. **Perfil Básico Regional: Macrorregião Sertão Central**. 2014.

LIMA, L.; SOUSA, M. Resultados da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do Centro Universitário Católica de Quixadá. **Revista Expressão Católica**, Quixadá, 2016

NARDI, H. C. **Ética, Trabalho e Subjetividade: Trajetórias de Vida no Contexto das Transformações do Capitalismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2006.

POCHMANN, M. Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T.; LIMA, R. **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016.

SOBRE OS AUTORES

Leonardo Araújo Lima

Graduado em Psicologia (Universidade Federal do Ceará); Especialista em Psicologia Histórico Cultural (Faculdade Ratio); Mestre em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas (Universidade Estadual do Ceará); Professor das disciplinas de Psicologia do Trabalho e das Organizações e Psicologia da Aprendizagem no Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATOLICA).

E-mail: leonardolima@unicatolicaquixada.edu.br

Francisca Mara Raquel Silva Almeida

Graduanda do Curso de Psicologia no Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATOLICA).

E-mail: mara.rakel.10@gmail.com